Revista Macambira

Conflitos entre comunidades rurais e fauna silvestre em uma área no Vale do Jiquiriçá

Adoniran Carvalho Ribeiro[1]*, **Aurélio José Antunes de Carvalho**[2], **Joanison Vicente dos Santos Teixeira**[3]

RESUMO

Os recentes conflitos entre produtores rurais e a fauna silvestre em uma área de ecótono nas comunidades rurais da cidade de Santa Inês, Bahia, têm suscitado uma discussão sobre a necessidade de estabelecer estratégias para promover uma convivência harmoniosa entre os habitantes do campo e os animais carnívoros. Diante desse cenário, esta pesquisa teve como objetivos quantificar os ataques de predadores naturais às criações domésticas e identificar a percepção das comunidades rurais em relação à presença desses predadores na região. Partimos da hipótese de que a percepção das comunidades em relação aos mamíferos carnívoros pode ser influenciada por atitudes e crenças locais, experiências individuais dos moradores e exposição a informações sobre a conservação da fauna local. Assim, o estudo buscou fornecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias de sensibilização ambiental junto às comunidades, destacando a importância da conservação da fauna silvestre e da preservação dos habitats naturais, visando mitigar os conflitos entre predadores naturais e produtores rurais na região do Vale do Jiquiriçá. Espera-se que os resultados contribuam para a adoção de medidas que promovam atitudes conservacionistas, favorecendo uma relação menos conflituosa entre as comunidades rurais e os predadores naturais, além de fornecer uma base para estudos adicionais visando uma compreensão mais aprofundada desses conflitos.

Palavras-chave: Conservação. Predação. Ecótono. Assentamento. Etnozoologia.

Conflicts between rural communities and wildlife in an area within the Jiquiriçá Valley

ABSTRACT

Recent conflicts between rural producers and wildlife in an ecotone area within rural communities of Santa Inês, Bahia, have sparked a discussion about the need to establish strategies to promote harmonious coexistence between rural inhabitants and carnivorous animals. Given this scenario, this research aimed to quantify attacks by natural predators on domestic livestock and also identify the perception of rural communities regarding the presence of these predators in the region. We hypothesized that the perception of communities towards carnivorous mammals may be influenced by local attitudes and beliefs, individual experiences of residents, and exposure to information about local wildlife conservation. Thus, the study sought to provide support for the development of environmental awareness strategies among communities, emphasizing the importance of wildlife conservation and preservation of natural habitats to mitigate conflicts between natural predators and rural producers in Jiquiriçá Valley region. It is expected that the results will contribute to adoption of measures promoting conservationist attitudes, fostering

[1] Pós-graduando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Santa Inês (IFBAIANO), BR 420 (Rodovia Santa Inês – Ubaíra), Zona Rural, Bahia - CEP: 45320-000. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1122-2752. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0914917611777860. *Autor correspondente: adoniran.cr@gmail.com.

[2] Doutor em Ciências Agrárias. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Santa Inês. Professor do Mestrado Profissional em Ciências Agrárias (MPCA), IFBAIANO, BR 420 (Rodovia Santa Inês – Ubaíra), Zona Rural, Bahia - CEP: 45320-000. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4368-090X. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4194606675757940.

[3] Doutor em Ecologia e Conservação da Biodiversidade pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Mestre em Zoologia – UESC. Endereço: Campus Soane Nazaré de Andrade, Rod. Jorge Amado, km 16-Salobrinho, Ilhéus, Bahia 45662-900, Brasil. Pesquisador na Almada Mata Atlântica Project – AMAP Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9646-6136. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1314916861704254.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

a less conflictive relationship between rural communities and natural predators, and providing a basis for further studies aiming for a deeper understanding of those conflicts.
Keywords: Conservation. Predation. Ecotone. Settlement. Ethnozoology.

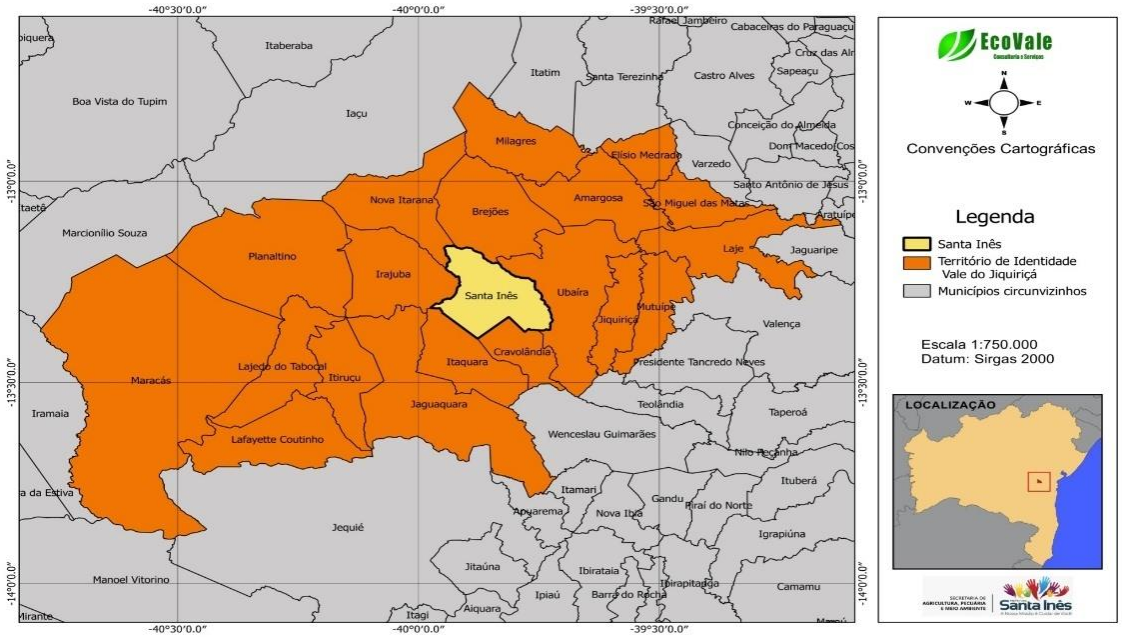
INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, o espaço rural tem passado por transformações significativas, impactando suas funções e dinâmica social. Essas mudanças têm motivado o surgimento de estudos e pesquisas sobre o tema em diversos países (Marques, 2002), como o Brasil. Embora não haja um consenso sobre a definição exata de ruralidade, alguns pontos são amplamente reconhecidos, como a baixa densidade populacional nas comunidades rurais e a diversificação de atividades econômicas (Kageyama, 2004). O conceito de "comunidade rural" utilizado neste estudo se refere a grupos sociais com baixa densidade populacional, dispersos no espaço e formando pequenas vilas ou aglomerações humanas (Schneider, 2006). Assim como em outros estados do Brasil, a Bahia apresenta uma grande diversidade de atores sociais no espaço rural, envolvidos em disputas pela posse e uso da terra (Lima; Calhau, 2012). O Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, localmente conhecido como “Vale do Jiquiriçá”, ilustra esse contexto com a presença de assentamentos de reforma agrária.

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, situado no estado da Bahia (Figura 1), abrange uma área de 12.233 km² e possui uma população total de 313.678 habitantes (IBGE, 2010). Essa população representa 2,24% da população total do estado, com 134.176 indivíduos residindo em áreas rurais e 179.502 nas áreas urbanas. O Vale do Jiquiriçá se destaca historicamente por apresentar altos índices de concentração de terras e baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social, fatores que exercem influência sobre sua dinâmica socioespacial (Lima; Calhau, 2012). Esses indicadores, típicos do semiárido baiano, influenciam a dinâmica atual do espaço regional (Almeida, 2008, Ruiz Olalde *et al*, 2009). O território do Vale do Jiquiriçá está localizado principalmente na Mesorregião do Centro-Sul Baiano, englobando 20 municípios em uma área de 10.467,49 km², com uma densidade demográfica de aproximadamente 29 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2010). Dentre os 20 municípios do Vale do Jiquiriçá, encontra-se o município de Santa Inês, localizado a cerca de 291 km da capital Salvador. Os limites territoriais de Santa Inês são demarcados pelos municípios de Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Nova Itarana e Ubaíra (Figura 1) (SEI, 2014).

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

Figura 1. Mapa do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, em destaque o município de Santa Inês, Bahia.



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Inês (PMSI), 2018

Alguns aspectos socioambientais evidenciam a singularidade do recorte espacial do município de Santa Inês, o que contribui para uma análise das políticas ambientais desenvolvidas localmente. Entre esses aspectos, destaca-se: a localização geográfica central de Santa Inês no Vale do Jiquiriçá, marcada pela transição entre as sub-regiões nordestinas da Zona da Mata e do Sertão, o que resulta em uma área de tensão ecológica composta por caatingas e florestas estacionais, tanto semideciduais quanto deciduais (Santos *et al*., 2021); a presença do Rio Jiquiriçá e a dinâmica de produção e expansão da cidade em seu entorno, cujo desmatamento é uma das consequências mais evidentes (Santos *et al*., 2021). É importante ressaltar que essa área de tensão ecológica representa um vasto reservatório de biodiversidade, demandando estudos mais aprofundados para uma compreensão mais completa desse ecossistema.

O município de Santa Inês possui uma população de 10.300 habitantes, dos quais 9.514 (91,8%) residem na zona urbana (a maior taxa de urbanização da região), enquanto 849 (8,2%) estão distribuídos nas zonas rurais (Figura 2) (IBGE, 2022). Essa população ocupa uma área total de 379,270 km², resultando em uma densidade demográfica de 27,16 hab./km² (IBGE, 2022). Apesar da significativa taxa de urbanização, a presença de cinco assentamentos rurais de reforma agrária, dos quais três são integralmente reconhecidos em Santa Inês, indica que a população local mantém fortes vínculos com o campo e as atividades agrícolas de subsistência

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

em pequenas propriedades (Santos, 2018), como a caça de animais silvestres para uso alimentar e caça por retaliação.

Os conflitos entre seres humanos e fauna silvestre representam um problema com o qual a humanidade convive há milhares de anos (Conover, 2002). Esses conflitos têm seus primórdios na domesticação de animais. Devido o processo histórico de domesticação dos animais para o uso e consumo humano, os animais domesticados perderam suas características anti-predatórias, tornando-se alvos fáceis para os animais silvestres (Nowell; Jackson, 1996). O aumento contínuo da população humana e a expansão das atividades agropecuárias podem intensificar os conflitos com a fauna silvestre, especialmente com as espécies consideradas predadoras naturais, como os mamíferos carnívoros (Cavalcanti; Paula; Gasparini-Morato, 2015).

Diversos fatores podem estar envolvidos nos eventos de predação de criações domésticas, como o comportamento inato ou aprendido das criações, a saúde dos animais, a abundância e distribuição de presas naturais e práticas de manejo (Polisar *et al*. 2003). Dentre os fatores que influenciam os eventos de predação, destaca-se os conflitos entre seres humanos e mamíferos carnívoros em regiões onde ambos coexistem (Ramalho; Carvalho Jr; Main, 2015). A sobreposição espacial entre áreas de uso comum entre predadores e seres humanos, a competição por recursos alimentares e a redução da disponibilidade de presas naturais, juntamente com um manejo inadequado de animais domésticos, também aumentam esses conflitos (Ramalho; Carvalho Jr; Main, 2015).

A convivência entre humanos e animais selvagens representa um desafio significativo para muitas comunidades rurais em todo o mundo (Zimmermann; Mcquinn; Macdonald, 2020). No entanto, a predação representa uma preocupação financeira significativa para os pequenos criadores, que podem perder totalmente suas poucas criações ou animais (Palmeira; Barrella, 2007). As perdas econômicas decorrentes de eventos de predação sobre criações domésticas são concretas, imediatas e mensuráveis, facilitando a comunicação e compreensão desses incidentes dentro da comunidade (Marchini, 2015).

Diante dos ataques e como forma de prevenir futuros ataques, os produtores rurais passam a perseguir e abater os animais silvestres predadores (Marchini, 2015; Martins; Esteves; De Campos, 2019). Na interação entre homem e predadores naturais, é recomendado o uso de atividades direcionadas à educação ambiental para promover nos atores a tolerância às espécies de predadores naturais envolvidas e, consequentemente, inibir a conduta de perseguição, promovendo a participação da comunidade local na resolução dos problemas (Bizerril;

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

Marchini, 2015). Dessa forma, os estudos de educação e percepção ambiental são estratégias que podem auxiliar na gestão de conflitos e na elaboração de políticas ambientas efetivas (Shinaishi, 2010). A Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, em seu Artigo 1º prediz que:

> Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A Educação ambiental é um processo que visa despertar a preocupação individual e coletiva em relação às questões ambientais, garantindo o acesso à informação em uma linguagem adequada (Mousinho, 2003). Isso contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimula o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Nesse aspecto, a gestão de conflitos entre produtores rurais e mamíferos carnívoros a partir da educação ambiental torna-se um ponto crucial para a preservação dos animais silvestres em locais onde coexistem com humanos.

A eliminação de indivíduos por meio da caça, retaliação por predação de animais domésticos, desmatamento, queimadas e atropelamentos também contribuem para a redução das populações em diversas áreas. Embora a caça seja proibida em todo o território brasileiro, conforme estabelecido pela Lei de Proteção à Fauna, nº 5.197/67, e criminalizada pela Lei de Crimes Ambientais, nº 9.605/88, essa regulamentação não foi suficiente para erradicar completamente a prática. A atividade ainda é realizada em diversos biomas, especialmente em áreas onde a fiscalização ambiental é deficiente ou ineficaz (Santos *et al*., 2020; Teixeira *et al*., 2020, 2024).

No Bioma Caatinga, as interações entre seres humanos e a fauna silvestre resultam em conflitos, acarretando prejuízos tanto para a fauna local quanto para os seres humanos (Martins; Esteves; De Campos, 2019). A presença de predadores naturais na região do Vale do Jiquiriçá demonstra uma certa normalidade no ecossistema local, pois desempenham um papel crucial no equilíbrio das interações ecológicas, incluindo o controle populacional de diversas espécies (Ricklefs, 2010). Como ocupantes do topo da cadeia trófica, esses predadores são responsáveis pelo controle de populações de pequenos mamíferos, roedores, herbívoros, entre outros. Por outro lado, quando essas espécies atacam criações domésticas, demonstra que há um desequilíbrio no ecossistema, possivelmente causado pela escassez de presas naturais (Marchini; Cavalcanti; De Paula, 2011; Ramalho; Carvalho Jr; Main, 2015) e/ou expansão urbana para as áreas rurais. A caça ilegal também tem implicações profundas em toda a cadeia

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

trófica, pois parte das presas dos predadores naturais são obtidas ilegalmente, levando esses animais a buscar outras fontes de alimento, como as criações domésticas (Cavalcanti; Paula; Gasparini-Morato, 2015). Como resultado, diversos predadores naturais acabam sendo retaliados por produtores rurais em defesa de seus rebanhos, que muitas vezes constituem sua principal fonte de subsistência.

Os conflitos entre produtores rurais e a fauna silvestre em uma área de transição ecológica entre os Biomas Caatinga e Mata Atlântica em comunidades rurais do município de Santa Inês, Bahia, têm suscitado um debate sobre a necessidade de desenvolver estratégias para uma convivência harmoniosa entre os produtores rurais e a fauna silvestre. Adicionalmente, o desenvolvimento de ações direcionadas à conservação da fauna silvestre na região. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa foi quantificar os ataques de predadores naturais a criações domésticas e identificar a percepção das comunidades rurais em relação à presença desses predadores na região do Vale do Jiquiriçá, especificamente no município de Santa Inês, Bahia. A hipótese é que a percepção das comunidades rurais em relação aos predadores naturais pode ser influenciada por diversas variáveis, como atitudes e crenças religiosas locais, cultura de caça e abate de animais silvestres, frequência aumentada de ataques de predadores às criações domésticas devido à maior facilidade em capturar presas ou à ausência dessas presas no habitat, e a falta de conhecimento dos moradores locais sobre as implicações do abate dos predadores naturais no ecossistema.

Esta pesquisa tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento de estratégias de conservação da fauna local e para a busca de formas eficazes de minimizar os impactos enfrentados pelos produtores rurais devido aos ataques de suas criações domésticas pelos predadores naturais. Além disso, busca-se sensibilizar a comunidade local sobre a importância ecológica dos predadores naturais para o equilíbrio do ecossistema. Espera-se que os resultados possam levar à implementação de medidas que promovam atitudes conservacionistas, resultando em uma relação menos conflituosa entre as comunidades rurais e os predadores naturais.

METODOLOGIA

Área de estudo

O presente estudo foi conduzido em quatro Projetos de Assentamento (PA) da reforma agrária situados no território rural do município de Santa Inês: 1) PA São Paulo, 2) PA Rancho Alegre, 3) PA Itatiaia e 4) PA Jequiriçá (Tabela 1; Figura 2).

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

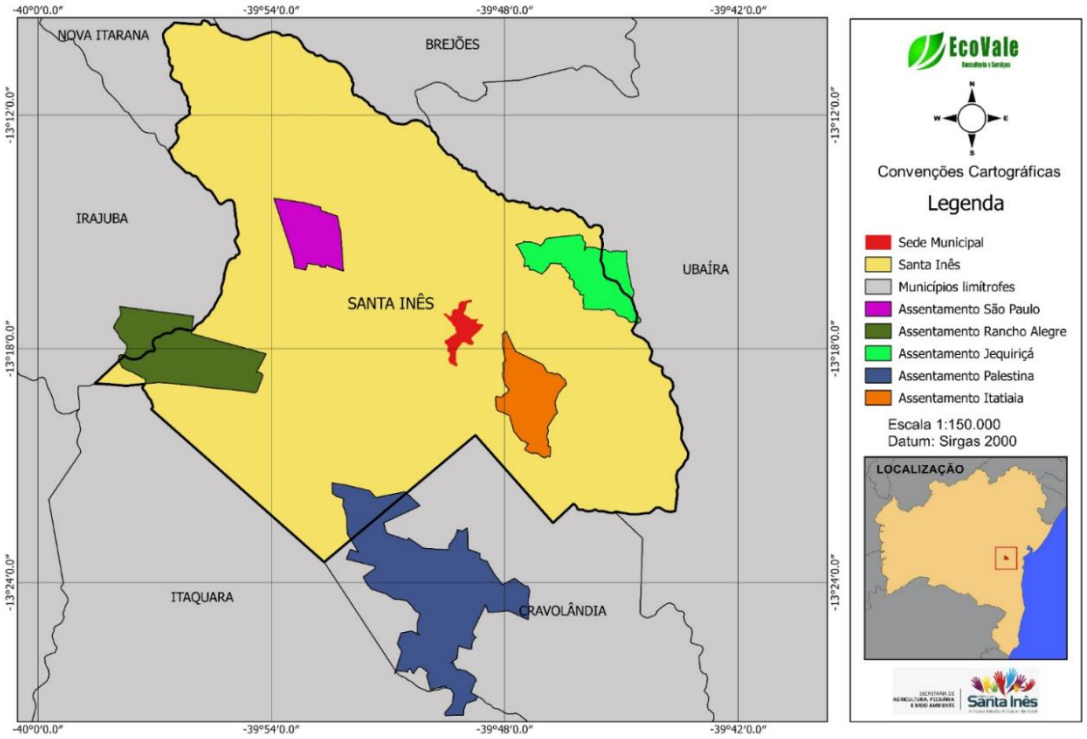
Tabela 1. Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do município de Santa Inês, Bahia.

Assentamentos	Fazenda/ Imóvel	Famílias		Área (ha)	Ato criação
		Assentadas	Capacidade		
Itatiaia	Itatiaia	39	39	991,04	20/12/2004
São Paulo	São Paulo	24	24	728,93	01/08/2005
Rancho Alegre	Rancho Alegre	60	60	1.763,55	05/05/2005
Jequiriçá	Jequiriçá	61	61	1.108,64	23/04/2004

Fonte: Grupo de Pesquisa GeografAR, 2022.

Embora o PA Jequiriçá esteja oficialmente registrado no INCRA como pertencente ao município de Ubaíra, todos os seus residentes são originários de Santa Inês e todos os serviços públicos são fornecidos pelo município de Santa Inês (Santos, 2018). Portanto, para esse estudo, consideramos o PA Jequiriçá como pertencente ao município de Santa Inês.

Figura 2. Mapa identificando a localização geográfica dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no município de Santa Inês, Bahia.



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Inês (PMSI), 2018

Coleta de dados

O trabalho de campo foi desenvolvido entre os meses de maio a junho de 2022. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas (Albuquerque *et al.*, 2010), complementadas por conversas informais (Huntington, 2000), com duração em torno de uma hora. Os informantes foram selecionados pelo critério de "especialistas nativos", que são aqueles que se reconhecem e são reconhecidos pela comunidade como culturalmente

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

competentes (Hays, 1976), e pela técnica da "bola de neve", onde um informante indica outro com competência para discorrer sobre determinado assunto (Huntington, 2000). Estas duas técnicas permitiram identificar os produtores rurais com problemas de ataques de animais silvestres em suas propriedades.

Para auxiliar na identificação das espécies citadas, foi realizado inicialmente realizamos um levantamento dos animais silvestres que ocorrem na área de estudo. Posteriormente, foi confeccionado um catálogo com as fotos desses animais (Oliveira; Scherer, 2015). Durante as entrevistas, o catálogo foi apresentado aos produtores rurais com o objetivo de reconhecerem os animais ao qual se referiam. O nome popular das espécies foi listado conforme citadas pelos entrevistados. Para as entrevistas semiestruturadas, foi utilizado como base o questionário de Palmeira e Barrella (2007), com adaptações. Dessa forma, o roteiro da entrevista foi dividido em três partes. Inicialmente, buscou traçar o perfil social do entrevistado. Na segunda parte, avaliou os danos causados pela predação, como número de animais abatidos. Por fim, investigou a percepção do morador sobre o tema. Foi entrevistado apenas os produtores rurais maiores de 18 anos, com presença de conflitos com animais silvestres em suas criações domésticas. Cada produtor foi entrevistado apenas uma vez.

Para respeitar os direitos de propriedade intelectual, foi adotado o seguinte protocolo em campo: antes da entrevista, foi explicado a natureza e os objetivos do estudo e solicitada permissão para registrar as informações. Cada participante teve acesso a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEP/UESB), Resolução CONSEPE n.º 37/2005 de 12 de agosto de 2005 (CAAE: 34772820.5.0000.0055), antes de ser entrevistado.

Análise de dados

Os resultados foram analisados qualitativamente de acordo com o modelo de união de diversas competências individuais, no qual todas as informações relevantes ao tema pesquisado são consideradas (Marques, 1991). Para a análise quantitativa, foi utilizada a análise simples (porcentagens), utilizando o software Excel para a tabulação dos dados. Na análise qualitativa, as informações foram classificadas em categorias, formadas de acordo com a importância e variações das respostas obtidas durante a aplicação dos questionários. A classificação de Mateus (2013), foi utilizada para categorizar as medidas de controle adotadas pelos produtores rurais. A tabulação dos dados foi realizada separadamente para cada comunidade, o que

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

permitiu a identificação da Percepção Ambiental por meio dos resultados, bem como das divergências nas respostas entre os quatro assentamentos.

ANÁLISES E RESULTADOS

Foram entrevistados 97 produtores rurais, dos quais 55% (n = 53) eram do sexo masculino, com idades variando entre 20 e 79 anos (média = 53), e 45% (n = 44) do sexo feminino, com idades entre 19 e 76 anos (média = 46). Dos entrevistados, 20 residem no PA São Paulo, 34 PA Jequiriçá, 17 PA Itatiaia e 26 PA Rancho Alegre. Todos os entrevistados indicaram a agricultura familiar como sua principal atividade econômica. Quanto à etnia, 70% declararam-se pardos, 25% pretos e 5% brancos. A renda média mensal declarada foi de até um salário mínimo.

Seis espécies de predadores, todas pertencentes à classe Mammalia, distribuídas em cinco gêneros e duas famílias, foram avistados e mencionados como potenciais causadoras de ataques às criações domésticas nos quatro Projetos de Assentamento de reforma agrária do município de Santa Inês (Tabela 2). Considerando o risco de extinção local em que as espécies citadas se encontram, quatro: *Puma concolor* (Linnaeus. 1771), *Leopardus pardalis* (Linnaeus. 1758), *Puma yagouaroundi* (Geoffory Saint-Hilaire, 1803) e *Leopardus tigrinus* (Schreber. 1775) estão listadas como Vulnerável, *Cerdocyon thous* (Linnaeus, 1766) menos preocupante e uma *Leopardus wiedii* (Schinz, 1821) encontra-se Em Perigo de extinção (BAHIA, 2017) (Tabela 2).

Tabela 2. Lista das espécies de predadores silvestres citadas pelos moradores dos quatro Projetos de Assentamento de reforma agrária do município de Santa Inês, Bahia. Dados coletados entre maio e junho de 2022. Legenda: EN - Em Perigo. VU – Vulnerável. LC – Menos Preocupante.

Família	Nome científico	Nome comum	Status de Conservação
Felidae	*Puma concolor*	Onça-parda; Sussuarana; Onça-veadeira	VU
Felidae	*Leopardus pardalis*	Jaguatirica; Jaguatiri	VU
Felidae	*Puma yagouaroundi*	Jaguarundi; Gato mourisco	VU
Felidae	*Leopardus wiedii*	Gato-maracajá; Gato mumuninha	EN
Felidae	*Leopardus tigrinus*	Gato-do-mato; Gato-amarelo	VU
Canidae	*Cerdocyon thous*	Raposa; Cachorro-do-mato	LC

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023. Dados do status de conservação foram extraídos da Lista Oficial das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia (BAHIA, 2017).

Foram registrados 27 ataques às criações domésticas nos assentamentos, com maior prevalência de ataques no PA Jequiriçá (n = 17) e menor número de ataques no PA Itatiaia (n = 4). Nenhum ataque foi identificado no PA Rancho Alegre. A partir dos relatos locais, não foi

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

possível identificar uma das espécies de predador, sendo que está espécie não identificada foi responsável pelo maior número de ataques nos assentamentos (Tabela 3).

Tabela 3. Número de ataques (citações) por espécie às criações domésticas nos quatro Projetos de Assentamento de reforma agrária do município de Santa Inês, Bahia. Dados coletados entre maio e junho de 2022.

Potencial predador	PA São Paulo	PA Jequiriçá	PA Itatiaia	PA Rancho Alegre
Panthera onca	-	3	-	-
Puma concolor	1	1	-	-
Puma yagouaroundi	-	2	-	-
Leopardus pardalis	2	-	-	-
Cerdocyon thous	1	-	-	-
Didelphis albiventris	1	-	-	-
Canis lupus familiaris	-	1	-	-
Não identificado	1	10	4	-
Total	**6**	**17**	**4**	**0**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Foram registrados seis eventos de predação no PA São Paulo, sendo cinco deles relacionados a ataques a galináceos e um a ovinos. Os potenciais predadores foram identificados em cinco desses ataques, sendo a espécie *Leopardus pardalis* responsável por dois ataques e *Cerdocyon thous*, *Didelphis albiventris*, *Puma concolor* e *Panthera onca*, cada uma dessas espécies, responsável por um ataque às criações domésticas (Tabela 4). Todos os ataques ocorreram durante o período noturno. Três entrevistados não souberam informar o ano em que ocorreu o ataque. Especificamente para o ataque à criação de ovinos, o entrevistado relatou que ocorreu no turno da manhã e que viu a carcaça da ovelha abatida coberta por vegetação. Após o evento, o proprietário passou a vigiar o rebanho mais de perto durante o período de pastagem.

Tabela 4. Registro dos ataques no Projeto de Assentamento São Paulo, localizado no município de Santa Inês, Bahia. Dados coletados entre maio e junho de 2022.

Ano	Criação predada	Potencial predador	Turno
2005	Galináceos	*Leopardus pardalis*	Noite
2005	Galináceos	*Leopardus pardalis*	Noite
Ano não informado	Galináceos	*Didelphis albiventris*	Noite
Ano não informado	Galináceos	*Cerdocyon thous*	Noite
Ano não informado	Galináceos	Não identificado	Noite
2018	Ovinos	*Puma concolor*	Manhã

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Para lidar com o problema de predação, a maioria dos entrevistados do PA são Paulo (65%, n=13) acredita que melhorias no manejo seriam a solução mais eficaz. Em contrapartida,

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

15% (n=3) sugerem a remoção dos predadores "problemáticos" do local, enquanto outros 15% (n=3) propõem ações combinadas de melhorias no manejo e remoção dos predadores. Uma minoria (5%, n=1) menciona a necessidade de melhorias no manejo e indenização financeira como solução. Quanto à responsabilidade pelos prejuízos causados pela predação, a maior parte dos entrevistados (75%, n=15) dos entrevistados acredita que o governo deveria arcar com essa responsabilidade, enquanto 25% (n=5) consideram que os donos das criações devem ser os únicos responsáveis. Apenas uma pequena parcela dos entrevistados (5%, n=1) considera necessário controlar os ataques, enquanto a grande maioria (95%, n=19) reconhece a importância desse controle.

Quando perguntados sobre a presença de predadores na região, 55% (n=11) dos entrevistados indicaram que consideram algo prejudicial, devido aos prejuízos causados pela predação, enquanto 45% (n=9) acreditam ser algo benéfico, devido ao papel desses predadores na manutenção do ecossistema local. Em relação à disposição para aceitar sugestões para evitar ataques, a grande maioria, 95% (n=19) dos entrevistados, afirmou que estaria disposta a seguir essas sugestões, enquanto apenas 5% (n=1) não estavam abertos a elas. Ao serem questionados sobre a adesão à proposta de seguro contra predação, 90% (n=18) afirmaram que contratariam o seguro, enquanto apenas 10% (n=2) não o fariam.

No PA Jequiriçá, foram registrados 17 ataques a criações domésticas. Destes, oito foram direcionados a criações de ovinos mantidas em um sistema semi-intensivo (confinamento durante a noite); três ataques a galináceos, três a criações de caprinos e dois ataques a criações de caprinos e ovinos em conjunto (Tabela 5). Um único registro de ataque foi direcionado a um cachorro doméstico do entrevistado. Em quatro dos oito ataques aos ovinos, as carcaças dos animais predados foram encontradas descobertas, em outras três foram localizadas cobertas e em um único caso, o produtor não conseguiu visualizar as carcaças, apenas percebeu que o animal desapareceu do rebanho. Em dois dos três ataques aos caprinos, as carcaças dos animais foram encontradas descobertas, e os entrevistados identificaram o predador como uma *Puma concolor*. No terceiro ataque aos caprinos, a carcaça foi encontrada coberta, mas o entrevistado relatou não ter conseguido identificar o predador. Três dos 17 ataques no PA Jequiriçá foram atribuídos a *Panthera onca*; três a *Puma concolor* e um ataque atribuído a *Canis lupus familiaris*. Três outras predações envolveram criações de caprinos. Em dois desses ataques, os entrevistados identificaram o predador como uma *Puma concolor*, as carcaças dos animais foram encontradas descobertas, comportamento típico da espécie (Marchini; Cavalcanti; De Paula, 2011). No terceiro ataque, a carcaça foi encontrada coberta, mas o morador não

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

conseguiu identificar o predador. Dos 17 ataques no PA Jequiriçá, dez não foram identificados o predador (Tabela 5).

Tabela 5. Registro dos ataques no Projeto de Assentamento Jequiriçá, localizado no município de Santa Inês, Bahia. Dados coletados entre maio e junho de 2022.

Ano	Criação predada	Potencial predador	Turno
2018	Caprinos	*Puma yagouaroundi*	Manhã
2018	Caprinos	*Puma concolor*	Manhã/Tarde
2018	Ovinos/Caprinos	Não identificado	Manhã/Tarde
2018	Ovino	Não identificado	Manhã
2018	Ovinos	*Panthera onca*	Noite
2018	Ovinos	*Panthera onca*	Manhã/Tarde
2018	Ovinos	Não identificado	Manhã/Tarde
2019	Ovinos	Não identificado	Manhã
2019	Ovinos/Caprinos	*Puma yagouaroundi*	Manhã
2022	Ovinos	Não identificado	Manhã
2023	Ovino	*Canis lupus familiaris*	Tarde
2023	Ovino	Não identificado	Manhã
2023	Caprinos	Não identificado	Manhã
2023	Galináceo	Não identificado	Noite
2023	Galináceo	Não identificado	Noite
Ano não informado	Galináceo	Não identificado	Noite
Ano não informado	Cachorro	*Panthera onca*	Noite

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Para resolver o problema de predação no PA Jequiriçá, 32% (n=11) dos entrevistados acreditam que melhorias no manejo da criação seriam a atitude mais adequada. Por outro lado, 26% (n=9) indicaram que a remoção dos predadores "problema" do local seria a melhor opção, enquanto 15% (n=5) consideram que a exterminação total dos predadores seria viável. Alguns entrevistados (9%, n=3) ponderaram a possibilidade de ações conjuntas para resolver o problema, como melhorias no manejo e remoção dos predadores "problema" do local. Apenas um entrevistado (3%, n=1) mencionou a indenização financeira como possível solução, outros 15% (n=5) não souberam responder. A maioria dos entrevistados (79%, n=27) acredita que os prejuízos causados por predadores naturais deveriam ser arcados pelo governo, enquanto 18% (n=6) afirmaram que a responsabilidade seria do proprietário das criações, e apenas 3% (n=1) não souberam responder.

Em relação ao controle da predação no PA Jequiriçá, 88% (n=30) dos entrevistados consideram necessário controlar os ataques na região, enquanto outros 12% (n=4) acreditam que não há essa necessidade. Todos os entrevistados indicaram que aceitariam sugestões para

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

evitar ataques de predadores às suas criações e consideram importante a preservação da reserva legal. Quando questionados sobre a presença de predadores na região, 70% (n=24) dos entrevistados classificaram como algo ruim, enquanto 24% (n=8) avaliaram como bom. Apenas 6% (n=2) se manifestaram indiferentes. Ao analisarmos apenas os entrevistados que sofreram algum tipo de predação, as porcentagens se mantiveram consistentes: 7% (n=12) dos entrevistados consideraram ruim a presença de predadores na região, enquanto 23,53% (n=4) avaliaram como algo bom. Apenas 6% (n=1) manifestaram indiferença em relação à presença de predadores na localidade. Quanto à adesão a um seguro contra predação, 91% (n=31) dos entrevistados indicaram que estariam dispostos a contratar, caso existisse, enquanto 9% (n=3) responderam que não estariam interessados.

No PA Itatiaia foram registrados quatro ataques, todos direcionados a criações de ovinos. Em nenhum dos casos de ataques foi possível identificar o predador (Tabela 6). Após esses incidentes, três entrevistados optaram por encerrar a criação e um substituiu por criação de bovinos. Em relação às soluções para o problema da predação no PA Itatiaia, 12% (n=2) dos entrevistados consideraram que melhorias no manejo da criação seriam mais adequadas, enquanto 76% (n=13) indicaram que remover os predadores problemáticos do local seria a melhor opção. Apenas 6% (n=1) apontaram a exterminação total dos predadores como solução, e outros 6% (n=1) não souberam responder. Quanto à responsabilidade pelos prejuízos causados por predadores naturais, 71% (n=12) dos entrevistados acreditam que o governo seria responsável, enquanto 24% (n=4) atribuíram essa responsabilidade aos proprietários das criações. Apenas 6% (n=1) não soube responder.

Tabela 6. Registro dos ataques no Projeto de Assentamento Itatiaia, localizado no município de Santa Inês, Bahia. Dados coletados entre maio e junho de 2022.

Ano	Criação predada	Potencial predador	Turno
2019	Ovinos	Não identificado	Manhã/Tarde
Ano não informado	Ovinos	Não identificado	Manhã/Tarde
Ano não informado	Ovinos	Não identificado	Manhã/Tarde
Ano não informado	Ovinos	Não identificado	Manhã/Tarde

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

No PA Itatiaia, 94% (n=16) dos entrevistados consideram necessário controlar os ataques, enquanto apenas 6% (n=1) acreditam que não há necessidade de fazê-lo. Quanto à presença dos predadores na região, 82% (n=14) dos entrevistados a consideram prejudicial, enquanto apenas 12% (n=2) a enxergam como algo benéfico, e 6% (n=1) se mostrou indiferente. Todos os entrevistados (100%, n=17) afirmaram que aceitariam sugestões para

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

evitar os ataques e que consideram importante a preservação da reserva legal. Além disso, todos eles contratariam um seguro contra predação para suas criações.

No PA Rancho Alegre, não foram registrados eventos de predação, embora alguns entrevistados tenham mencionado um incidente envolvendo a predação de caprinos. No entanto, o morador responsável por esse relato não pôde ser localizado. Ao contrário dos outros assentamentos, este está situado em uma região que favorece a criação de bovinos. Em relação à percepção dos moradores para resolver o problema de predação PA Rancho Alegre, 58% (n=15) indicaram que melhorias no manejo seriam ideais, enquanto 27% (n=7) acreditam que remover os predadores "problemáticos" do local seria a atitude mais viável. Apenas um entrevistado, correspondendo a 4% (n=1), escolheu a opção de exterminação total dos predadores como alternativa para a resolução do problema. Outros 11% (n=3) não souberam responder. Quanto à responsabilidade pelos prejuízos causados por predadores naturais, 65% (n=17) dos entrevistados opinaram que o governo deveria arcar com esses prejuízos, enquanto 27% (n=7) consideraram que o proprietário das criações deveria ser responsável. Apenas 8% (n=2) não souberam responder.

Todos os envolvidos na entrevista PA Rancho Alegre, correspondendo a 100% (n=26), consideraram necessário controlar os ataques na região e destacaram a importância da preservação da Reserva Legal. No entanto, 96% (n=25) indicaram que aceitariam sugestões para evitar os ataques, enquanto apenas 4% (n=1) informaram que não aceitariam. Em relação à presença dos predadores na região, 65% (n=17) dos entrevistados classificaram como algo bom a presença desses animais, enquanto 19% (n=5) consideraram como ruim. Outros 15% (n=4) sinalizaram como indiferentes em relação à presença desses predadores.

Quanto à adesão ao seguro predação, 92% (n=24) dos entrevistados do PA Rancho Alegre afirmaram que contratariam para suas criações, enquanto apenas 8% (n=2) declararam que não contratariam o serviço. Para a construção do estudo de percepção ambiental, agrupamos os dados de todas as comunidades. Inicialmente, perguntamos aos entrevistados qual seria a abordagem mais adequada para resolver o problema de predação na região.

No geral, a percepção dos 97 entrevistados dos quatro assentamentos para o melhor controle dos predadores foi a seguinte: 42% (n=41) consideraram que melhorias no manejo das criações seriam a melhor opção; 33% (n=32) acreditaram que a remoção dos predadores "problemas" do local seria a melhor abordagem; 7% (n=7) sugeriram a exterminação total dos predadores; 6% (n=6) consideraram ações conjuntas de manejo das criações e remoção dos predadores; 1% (n=1) indicou que a indenização financeira seria o melhor caminho. Além disso,

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

1% (n=1) sugeriu ações conjuntas de manejo das criações mais a indenização financeira. Nesse item, 9% (n=9) não souberam responder.

Para 73% (n=71) dos entrevistados, o governo deveria arcar com os prejuízos causados pelos predadores naturais, enquanto apenas 23% (n=22) apontaram os proprietários das criações como responsáveis. Outros 4% (n=4) não souberam responder. Nos assentamentos, 94% (n=91) dos moradores consideram necessário controlar os ataques, enquanto 6% (n=6) entendem que não há essa necessidade. Quanto à presença de predadores na região, 37% (n=36) a consideram algo bom, enquanto 56% (n=54) a percebem como algo ruim. Apenas 7% (n=7) se manifestaram indiferentes em relação à presença desses animais. Todos os entrevistados consideraram importante a preservação da reserva legal em sua comunidade. Em relação à adesão a um seguro de predação, 93% (n=90) dos questionados indicaram que contratariam o seguro, enquanto 7% (n=7) não o fariam. Os produtores rurais informaram utilizar métodos defensivos como forma de manejo que não prejudicasse o predador. Os ataques foram categorizados como danos aos animais de criação doméstica.

Os resultados desta pesquisa revelam que os ataques de mamíferos predadores às criações domésticas nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária do município de Santa Inês, situados no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, são um problema recorrente na região. Com exceção do PA Rancho Alegre, registros de ataques às criações domésticas foram relatados em todos os assentamentos. Esses conflitos resultam em impactos negativos para a fauna local, uma vez que os produtores rurais frequentemente abatem os predadores como principal forma de controle, quanto para os próprios produtores rurais, que têm suas criações domésticas prejudicadas. Os resultados deste estudo evidenciam a urgência de implementar medidas para controlar os ataques às criações domésticas e proteger as espécies afetadas, especialmente aquelas que enfrentam algum nível de ameaça.

Esta pesquisa marca o pioneirismo na avaliação dos conflitos entre a fauna local e os produtores rurais no Vale do Jiquiriçá, evidenciando a urgência de novas investigações para compreender outras possíveis interações entre a fauna local e os moradores da região, bem como o uso da fauna para diversas finalidades. A maioria dos estudos sobre caça de subsistência, caça comercial, conflitos entre produtores rurais e animais silvestres, entre outros estudos que analisam as relações entre o ser humano e a fauna local, concentram-se na Mata Atlântica do sul do estado da Bahia e na Caatinga da Chapada Diamantina (Oliveira; Scherer, 2015; Teixeira *et al*., 2020, 2024), deixando lacunas de informações no restante do território baiano.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

Embora poucas espécies (n = 6) estejam implicadas nos ataques às criações domésticas na região, observa-se um padrão recorrente entre essas espécies e outros estudos sobre caça e utilização da fauna cinegética na Bahia (Castilho *et al*., 2018, 2019; Pereira; Schiavetti, 2010; Ribeiro, Schiavetti, 2009; Teixeira *et al*., 2020, 2024). Todas as espécies envolvidas nos ataques às criações domésticas nos assentamentos de Santa Inês foram previamente identificadas em outro estudo na Bahia que examinou os conflitos entre a fauna local e os produtores rurais (Santos *et al*., 2020). Essas descobertas sugerem que essas espécies de animais silvestres podem estar sofrendo pressão da caça em várias localidades da Bahia, correndo o risco de extinção local. Portanto, compreender melhor a fauna silvestre envolvida nos conflitos com os produtores rurais é crucial para implementar estratégias eficazes de mitigação dos ataques (Marchini; Cavalcanti; De Paula, 2011; Santos *et al*., 2020).

A perda de animais por predação acarreta prejuízos financeiros significativos para os pequenos produtores, muitos dos quais têm apenas pequenas criações ou um único animal para sustentar suas famílias (Palmeira; Barrella, 2007). Tais prejuízos são ainda maiores ao se tratar de famílias de baixa renda, como no caso das famílias dos produtores rurais dos assentamentos, que possui uma renda mensal de até um salário mínimo. Nesse sentido, o seguro de predação poderia ser uma medida eficaz para minimizar o prejuízo do produtor e ao mesmo tempo auxiliar na proteção aos predadores. Outros pesquisadores também consideram a indenização financeira como uma estratégia viável para lidar com essa questão (Verdade; Campus, 2004; Cavalcanti; Paula; Gasparini-Morato, 2015). Ao serem indenizados pelos prejuízos econômicos causados às suas criações, os produtores não teriam motivos para retaliar ou eliminar os predadores como medida preventiva. Essa abordagem seria fundamental para atender os pequenos agricultores, ao passo que outras medidas, como a redução do ITR, beneficiariam principalmente os grandes produtores. Essas medidas podem contribuir significativamente para promover a coexistência pacífica entre humanos e animais silvestres, garantindo a conservação da fauna local e o sustento dos produtores rurais dos assentamentos de Santa Inês.

Todos os entrevistados demonstraram a importância da preservação da Reserva Legal em suas comunidades. Esses dados revelam uma sensibilidade da população em relação à conservação da natureza, indicando uma preocupação com questões ambientais no cotidiano dos moradores. É importante destacar que todas as localidades participantes da pesquisa possuem áreas de Reserva Legal, o que evidencia um compromisso com a proteção do meio ambiente. Por outro lado, não há consenso entre os produtores rurais sobre a melhor estratégia para resolver o problema de predação, nem sobre qual seria a melhor forma de compensação

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

para os proprietários afetados. De acordo com Palmeiras (2004), a redução no Imposto Territorial Rural (ITR) poderia ser um incentivo significativo para mitigar os prejuízos causados por essa interação, no entanto, não é possível determinar qual conjunto de ações é mais eficaz sem testá-las no local.

A participação ativa da comunidade local na elaboração de medidas preventivas é fundamental para o sucesso e a continuidade das ações voltadas para a conservação da biodiversidade. Compreender a percepção dos moradores diante dessa problemática é essencial para a implementação eficaz dessas medidas. Além disso, é necessário formular estratégias de conservação que sejam apoiadas pelas comunidades locais, envolvendo instituições governamentais, não governamentais e privadas, tanto nacionais quanto internacionais (Palmeira; Barrella 2004).

Alguns entrevistados relataram que após os ataques às suas criações, os predadores eram caçados e abatidos como forma de retaliação e prevenção contra novos ataques. Essa perseguição aos predadores muitas vezes é motivada por sentimentos negativos em relação aos carnívoros e por uma percepção exagerada dos riscos de ataques às criações domésticas e à segurança dos moradores (Marchini *et al*., 2015). Neste aspecto, ressalta-se a importância da legislação e da fiscalização ambiental como instrumentos relevantes para a proteção da natureza, de modo que estejam aliadas à educação ambiental, que pode ajudar a promover uma mudança de mentalidade e comportamento em relação aos predadores (Dias; Mota, 2015), além de fomentar práticas de convivência harmônica entre humanos e fauna silvestre.

REFLEXÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou identificar as espécies de animais silvestres envolvidas nos ataques às criações domésticas nos assentamentos rurais do município de Santa Inês, bem como destacar a percepção ambiental dos produtores rurais em relação aos predadores naturais responsáveis pelos ataques. Através dos resultados, é evidente a necessidade de medidas para minimizar os danos causados às criações domésticas na região em razão dos ataques dos predadores naturais, bem como ações que visem a proteção das espécies envolvidas nos ataques, especialmente aquelas que estão sob algum grau de ameaça. Esses *insights* iniciais fornecem uma base para futuros estudos visando uma compreensão mais aprofundada desses conflitos.

Os embates entre as comunidades rurais e a fauna silvestre no Vale do Jiquiriçá refletem a pressão exercida pela atividade humana sobre os ecossistemas naturais da região. Urge a necessidade de ações de educação ambiental e medidas de preservação para promover um

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

convívio mais harmonioso entre os predadores e os agricultores. É imperativo implementar políticas de preservação e sensibilização das comunidades para reduzir o número de predadores mortos por retaliação ou como medida preventiva. A compreensão da dinâmica dos ataques, bem como a identificação dos predadores envolvidos, são fundamentais para desenvolver estratégias eficazes na mitigação da predação e, consequentemente, na harmonização das relações entre predadores naturais e produtores rurais.

O prejuízo financeiro enfrentado pelos produtores é diretamente relacionado à mortalidade dos animais e, ao compensar esse prejuízo e promover a sensibilização por meio de políticas de educação ambiental, é possível reduzir o número de animais mortos. O monitoramento dos grandes felinos por meio de telemetria, armadilhas fotográficas e evidências como fezes, rastros e carcaças de animais predados é essencial para estimar a abundância da população de predadores na região e acompanhar futuros ataques, possibilitando o desenvolvimento de medidas mais eficazes na prevenção da predação e na promoção de um convívio harmonioso. Para mitigar esses conflitos de forma efetiva, é fundamental a implementação de medidas de conservação, sensibilização e educação ambiental a curto, médio e longo prazo, em vez de ações pontuais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P. de; LUCENA, R. F. P. de; ALENCAR, Nelson Leal. Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**, v. 1, 2010.

ALMEIDA, L. S. de. O Vale do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau. 2008. 121 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BAHIA. Portaria SEMA nº 37 de 15 de agosto de 2017. Torna pública a Lista Oficial das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, BA, 16 ago. 2017. Disponível em: http://www.ceama.mp.ba.gov.br/biblioteca-virtual-ceama/doc_view/3977-portaria-n-37-de-15-de-agosto-de-2017.html. Acesso em: 20 ago. 2023

BIZERRIL, Marcelo; MARCHINI, Sílvio. Educação e comunicação na mitigação de conflitos entre gente e carnívoros. Cavalcanti, SM. C, de Paula RC, Gasparini-Morato RL (eds) **Conflitos com mamíferos carnívoros: u**ma referência para o manejo e a convivência. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, Brasília, p. 95-100, 2015. Disponível em: https://repositorio.icmbio.gov.br/handle/cecav/1497. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental**. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

CASTILHO, Luciana; De VLEESCHOUWER, Kristel; MILNER-GULLAND, Eleanor Jane, SCHIAVETTI, Alexandre. Attitudes and Behaviors of Rural Residents Toward Different Motivations for Hunting and Deforestation in Protected Areas of the Northeastern Atlantic Forest, Brazil. **Tropical Conservation Science**, 2018, 11(1). DOI: https://doi.org/10.1177/1940082917753507.

CASTILHO, Luciana; De VLEESCHOUWER, Kristel; MILNER-GULLAND, Eleanor Jane; SCHIAVETTI, Alexandre. Hunting of mammal species in protected areas of the southern Bahian Atlantic Forest, Brazil. **Oryx**, 2019, 53(4): 687-697. DOI: https://doi.org/10.1017/S0030605317001247.

CAVALCANTI, Sandra Maria Cintra; PAULA, Rogério Cunha de; GASPARINI-MORATO, Rose Lílian. **Conflitos com mamíferos carnívoros**. 2015. Disponível em: https://repositorio.icmbio.gov.br/handle/cecav/1497. Acesso em: 10 out. 2022.

CONOVER, Michael R. **Resolving human-wildlife conflicts: the science of wildlife damage management**. CRC press, 2001. DOI: https://doi.org/10.1201/9781420032581.

DIAS, Ozanan Almeida; MOTA, Neidson Dias. Percepção ambiental em comunidades rurais circundantes a uma Reserva Particular do Patrimônio Natural. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 1153-1161, 2015. DOI: https://doi.org/10.5902/2236117015472.

HAYS, T. E. An Empirical Method for the Identification of Covert Categories in Ethnobiology. **American Ethnologist** 3:489-507. 1976. DOI: https://doi.org/10.1525/ae.1976.3.3.02a00070.

HUNTINGTON, H. P. Using Traditional Ecological Knowledge in Science: Methods and Applications. **Ecological Applications** 10:1270-1274. 2000. DOI: https://doi.org/10.1890/1051-0761(2000)010[1270:UTEKIS]2.0.CO;2.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 24 nov. 2022.

IBGE. **Cidades**. 2022. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 24 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIO DE EOGRAFIA E ESTTÍSTICA (IBGE). Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 12 fev. 2022.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004. Disponível em: https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702/4887. Acesso em: 2 out. 2023.

LIMA, Aline dos Santos; CALHAU, Ângela Andrade. Estrutura Fundiária e acesso a terra no Vale do Jiquiriçá-Bahia. **Perspectiva Geográfica**, Unioeste, v. 7, nº. 8, 2012. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9450. Acesso em: 01 dez. 2023.

MARCHINI, Silvio. **Por que promover a conservação dos carnívoros?** Cavalcanti SM. C, de Paula RC, Gasparini-Morato RL (eds) **Conflitos com mamíferos carnívoros–Uma referência para o manejo e a convivência.** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, Brasília, p. 15-18, 2015. Disponível em: https://repositorio.icmbio.gov.br/handle/cecav/1497. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

MARCHINI, Silvio; CAVALCANTI, Sandra; DE PAULA, Rogério Cunha. **Predadores Silvestres e Animais Domésticos**: guia prático de convivência. ICMBIO. 24 p. 2011.

Disponível em: https://repositorio.icmbio.gov.br/handle/cecav/1497. Acesso em: 10 out. 2022.

MARQUES, José Geraldo Wanderley. Aspectos ecologicos na etnoictiologia dos pescadores do complexo estuarino-lagunar Mandau-Manguaba, Alagoas. 1991. 296 p. **Tese** (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Biologia, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1575722. Acesso em: 14 dezembro. 2023.

MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 19, 2002. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/160. Acesso em: 6 out. 2023.

MARTINS, Cláudia Sofia Guerreiro; ESTEVES, Carolina Franco; DE CAMPOS, Cláudia Bueno. Experiências com Mamíferos Carnívoros na Caatinga. In.: Karine Dalazoana, **Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Brasileiro**, p. 31-43, 2019.

MATEUS, Michelle Barbosa. **Relação entre fauna silvestre e produtores rurais**: estudos de casos em milho (*Zea mays L.*) e goiaba (*Psidium guajava L.*) na Zona da Mata de Minas Gerais. 2013. Disponível em: https://locus.ufv.br//handle/123456789/2267. Acesso em: 10 dez. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Biodiversidade brasileira**. Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. MMA/ Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília. 2002.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (Coord**.). Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

NOWELL, K.; JACKSON, P. **Wild cats**: status survey and conservation action plan. Gland: International Union for Conservation/Natural Resources, 1996.

OLALDE, A. R. *et al*. **Dinâmicas Rurais Territoriais no Vale de Jiquiriçá, Bahia, Brasil**: Resultados da 1ª fase de pesquisa. Universidade Federal da Bahia/Projeto Geografar, 2009. Disponível em: https://www.myctb.org/.../comunidadDTR/.../VALE%20DE%20JIQUIRICA%202a%20borador%20final%2030%20Nov. Acesso em: 05 fev. 2023.

OLIVEIRA, Téo Veiga de; SCHERER, Carolina Saldanha. A Fauna de Mamíferos na Serra da Jiboia. In.: BLENGINI, Isabelle Aparecida Dellela; CINTRA, Maria Alice Martins de Ulhôa; CUNHA, Renato Pêgas Paes da (Org.). **Proposta de unidade de conservação da Serra da Jiboia** – Salvador, BA - Gambá, 2015. Disponível em: https://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Proposta-Final.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

PALMEIRA, Francesca Belem Lopes. Predação de bovinos por onças no norte do estado de Goiás. **Dissertação** (Mestrado). Universidade de São Paulo. 2004. DOI: https://doi.org/10.11606/D.91.2004.tde-19042005-161518.

PALMEIRA, Francesca Belem Lopes; BARRELLA, Walter. Conflicts caused by predation on domestic livestock by large cats in quilombola communities in the Atlantic Forest. **Biota Neotropica**, v. 7, p. 119-128, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1676-06032007000100017. Acesso em: 10 set. 2020.

PEREIRA, Jussara Paula Rezende; SCHIAVETTI, Alexandre A Conhecimentos e usos da fauna cinegética pelos caçadores indígenas "Tupinambá de Olivença" (Bahia). 2010. **Biota Neotropica**, 10:175-183. DOI: https://doi.org/10.1590/S1676-06032010000100018.

POLISAR, J.; MATIX, I.; SCOGNAMILLO, D.; FARRELL, L.; SUNQUIST, M.E.; EISENBERG, J.F. Jaguars, pumas, their prey base, and cattle ranching: ecological interpretations of a management problem. **Biological Conservation**, v.109, p.297- 310, 2003. DOI: https://doi.org/10.1016/S0006-3207(02)00157-X.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS – PMSI – (BA). **Plano Municipal de Saneamento Básico de Santa Inês.** Santa Inês, BA. 2018. Disponível em: https://www.santaines.ba.gov.br/. Acesso em: 10 dez. 2022.

RAMALHO, Emiliano, Esterci; CARVALHO JR, Elildo A. R.; MAIN, Martin B. Considerações sobre conflitos entre homem e mamíferos carnívoros na Amazônia brasileira. Cavalcanti, SM. C, de Paula RC, Gasparini-Morato RL (Eds.) **Conflitos com mamíferos carnívoros**: uma referência para o manejo e a convivência. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, Brasília, p. 95-100, 2015. Disponível em: https://repositorio.icmbio.gov.br/handle/cecav/1497. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

RIBEIRO, Gabriela Cunha, SCHIAVETTI, Alexandre. Conocimiento, Creencias y Utilización de la mastofauna por los pobladores del Parque Estatal de la Sierra de Conduru, Bahia, Brasil. In: COSTA-NETO, Eraldo Medeiros; SANTOS-FITA, Dídac; VARGAS-CLAVIJO, Mauricio (Eds.). **Manual de Etnozoología**: Una guia teórico-práctica para investigar la interconexión del ser humano son los animales. Tundra Ediciones, Valencia, España, 2009.

SANTOS, Clóvis Costa dos. A territorialidade da educação do campo: velhas questões, novos olhares. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana, 2018. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/685. Acesso em 22 nov. 2022.

SANTOS, Clóvis Costa dos; LEAL, Leandro Santos; RIBEIRO, Adoniran Carvalho. **Política Ambiental Municipal e Desenvolvimento**: Apontamentos Iniciais. IF Baiano. 2021.

SANTOS, Giovanna Hemy Takano dos. **Populações tradicionais e onças**: uma análise sobre os conflitos entre grandes felinos (Carnivora: Felidae) e comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e suas implicações conservacionistas. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13742. Acesso em: 15 de maio de 2023.

SANTOS, Jade Silva dos; TEIXEIRA, Vicente dos Santos; GUANAES, Deyna Hulda Arêas; ROCHA, Wesley Duarte da; SCHIAVETTI, Alexandre. Conflicts between humans and wild animals in and surrounding protected area (Bahia, Brazil): an ethnozoological approach. **Ethnobiology and Conservation**, 2020 9(5). DOI: https://doi.org/10.15451/10.15451/ec2020-02-9.05-1-22.

SCHNEIDER, Sergio. Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. MINISTÉRIO DO TURISMO (Ed.). **Diálogos do Turismo**: uma viagem de inclusão. Brasília, DF: Ministério do Turismo, p. 264-93, 2006.

SHINAISHI, J. C. Percepção Ambiental Sobre a Reserva Biológica da Contagem - DF. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2010, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: ANPPAS, 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, SEI. **Estatísticas dos Municípios Baianos** [recurso eletrônico]. Salvador. 2014. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2441&Itemid=284&lang=p. Acesso em: 06 de dez de 2022.

TEIXEIRA, Vicente dos Santos; ROCHA, Wesley Duarte da; MIRANDA, Jefferson Eduardo Silveira; SCHIAVETTI, Alexandre. Wildlife Consumption Dynamics: Unveiling Conduru

Park in Southern Bahia, Brazil. **Ethnobiology and Conservation**. 2024, 13, (Jan. 2024). DOI: https://doi.org/10.15451/ec2024-01-13.02-1-20.

TEIXEIRA, Vicente dos Santos; SANTOS, Jade Silva dos; GUANAES, Deyna Hulda Arêas; ROCHA, Wesley Duarte da; SCHIAVETTI, Alexandre. Uses of wild vertebrates in traditional medicine by farmers in the region surrounding the Serra do Conduru State Park (Bahia, Brazil). **Biota Neotropica**, 2020, 20(1): e20190793. DOI: https://doi.org/10.1590/1676-0611-BN-2019-0793.

VERDADE, Luciano Martins; CAMPOS, C. B. de. **How much is a puma worth?**: Economic compensation as an alternative for the conflict between wildlife conservation and livestock production in Brazil. Campinas: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. 2004.

ZIMMERMANN, Alexandra; MCQUINN, Brian; MACDONALD, David W. Levels of conflict over wildlife: Understanding and addressing the right problem. **Conservation Science and Practice**, v. 2, n. 10, p. e259, 2020. DOI: https://doi.org/10.1111/csp2.259.

Revista Macambira

Informações do Artigo	Article Information
Recebido em: 18/10/2023 **Aceito em**: 01/05/2024 **Publicado em**: 06/05/2024	**Received on**: 10/18/2023 **Accepted in**: 05/01/2024 **Published on**: 05/06/2024
Contribuições de Autoria *Resumo*: Adoniran Carvalho Ribeiro *Introdução*: Adoniran Carvalho Ribeiro *Referencial teórico*: Adoniran Carvalho Ribeiro *Análise de dados*: Adoniran Carvalho Ribeiro; Aurélio José Antunes de Carvalho; Joanison Vicente dos Santos Teixeira *Discussão dos resultados*: Adoniran Carvalho Ribeiro; Aurélio José Antunes de Carvalho; Joanison Vicente dos Santos Teixeira *Conclusão*: Adoniran Carvalho Ribeiro; Aurélio José Antunes de Carvalho; Joanison Vicente dos Santos Teixeira *Referências*: Adoniran Carvalho Ribeiro *Revisão do manuscrito*: Aurélio José Antunes de Carvalho; Joanison Vicente dos Santos Teixeira *Aprovação da versão final publicada*: Adoniran Carvalho Ribeiro; Aurélio José Antunes de Carvalho; Joanison Vicente dos Santos Teixeira	**Author Contributions** *Abstract*: Adoniran Carvalho Ribeiro *Introduction*: Adoniran Carvalho Ribeiro *Theoretical Reference*: Adoniran Carvalho Ribeiro *Data analysis*: Adoniran Carvalho Ribeiro; Aurélio José Antunes de Carvalho; Joanison Vicente dos Santos Teixeira *Discussion of results*: Adoniran Carvalho Ribeiro; Aurélio José Antunes de Carvalho; Joanison Vicente dos Santos Teixeira *Conclusion*: Adoniran Carvalho Ribeiro; Aurélio José Antunes de Carvalho; Joanison Vicente dos Santos Teixeira *Refereinces*: Adoniran Carvalho Ribeiro *Manuscript review*: Aurélio José Antunes de Carvalho; Joanison Vicente dos Santos Teixeira *Approval of the final published version*: Adoniran Carvalho Ribeiro; Aurélio José Antunes de Carvalho; Joanison Vicente dos Santos Teixeira
Conflitos de Interesse Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.	**Interest conflicts** The authors declare that there is no personal, commercial, academic, political or financial conflict of interest regarding this manuscript.
Como Citar este artigo - ABNT RIBEIRO, A. C.; CARVALHO, A. J. A. de.; TEIXEIRA, J. V. S. Conflitos entre comunidades rurais e fauna silvestre em uma área no Vale do Jiquiriçá. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, jan./dez., 2024. https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.	**How to cite this article - ABNT** RIBEIRO, A. C.; CARVALHO, A. J. A. de.; TEIXEIRA, J. V. S. Conflicts between rural communities and wildlife in an area within the Jiquiriçá Valley. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081006, jan./dez., 2024. https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1089.

Licença de Uso	Use license
A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.	The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any médium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.